

ANÍBAL PINTO E A RUPTURA DO CÍRCULO DA POBREZA

FERNANDO PEDRÃO¹

Resumo

A publicação tardia de um artigo inédito de Aníbal Pinto Santa Cruz oferece a oportunidade de reconstruir algumas linhas básicas do debate que se travou em torno da superação do círculo vicioso da pobreza, que foi uma tese aparentemente da mecânica da economia, mas que estava carregada de ideologia.

Palavras chave: Desenvolvimento, subdesenvolvimento, círculo da pobreza, poupança interna.

Resumen

La publicación tardía de un ensayo inédito de Aníbal Pinto Santa Cruz nos ofrece la oportunidad de reconstruir algunas líneas básicas de un debate que se trabó acerca de la superación del círculo vicioso de la pobreza, que fue una tesis aparentemente de la mecánica de la economía, pero que estaba cargada de ideología.

Palabras llave: Desarrollo, subdesarrollo, círculo de la pobreza, ahorro interno.

A oportunidade de ter encontrado um texto inédito de Aníbal Pinto entre papéis da época, além de publicá-lo, permite esboçar uma homenagem tardia ao intelectual engajado que ele foi.² Isso significa publicar o texto original e avaliar seu significado na época em que foi produzido. Discutir o financiamento do desenvolvimento não era apenas ver como conseguir dinheiro para financiar o plano de desenvolvimento, senão significava perscrutar como a esfera da circulação se integrava na esfera da produção nas condições especiais – induzidas ou conduzidas – dos planos de desenvolvimento. Essa foi a linha de trabalho aberta por Carlos Oyarzún no ambiente

da CEPAL, com textos não publicados precursores da década de 50, na qual se integrou Aníbal Pinto e na qual participamos.

O ensaio de Aníbal Pinto que agora apresentamos tem um significado especial, por trazer uma perspectiva histórica à análise do financiamento do desenvolvimento, como fundamento do debate acerca da desigualdade do desenvolvimento entre as nações e desmitificando as razões do sucesso dos que se industrializaram. Surgem, pela mão dele, a complexidade do papel do colonialismo entre latinos e saxões, e o peso negativo sobre os latinos da transferência do centralismo político e de sua sustentação feudal na formação da grande propriedade rural nas regiões latino-americanas. Concomitantemente, descobre-se o custo social do crescimento da economia inglesa e o modo como esse custo foi arcado no exterior para benefício da economia norte-americana. O círculo vicioso da pobreza é a reprodu-

ção linear da dominação. A ruptura do círculo vicioso da pobreza é o modo da emancipação econômica e política.

Aníbal Pinto foi um grande polemista e incentivador de outros, mas deixou uma obra própria assinada surpreendentemente pequena. Grande parte do que fez ficou submerso em relatórios oficiais.³ Assim, o melhor modo de fazer um elogio a Aníbal Pinto é situá-lo no debate de que foi participante apaixonado. Essa figura de homem do mundo, entretanto tão profundamente nacional, de boêmio e incansável trabalhador, perspicaz e cuidadoso, que parecia saído de um diálogo de Platão, teve um claro sentimento político da Economia. Sua participação no debate econômico, sempre teve um sentido afinado da realidade social da economia e da responsabilidade da teoria do desenvolvimento. Foi uma figura representativa do período criativo daquela instituição que teve um desempenho surpreendente: a única

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Unifacs.

² O texto em causa é uma exposição crítica da teoria do círculo vicioso da pobreza, realizada num tratamento de modelo de dois setores, numa linguagem teórica marxista. A tese central dessa crítica é que a continuidade do círculo da pobreza resulta do modo como o capital circula entre S1 e S2 – mediante os termos de troca entre esses dois setores – que, entretanto, é determinado pelo padrão geral de acumulação. A noção de círculo vicioso da pobreza é contraditória com as alterações na composição do capital, mesmo em condições em que a operação de cada setor permita separar recursos para investimento. A concepção de círculo vicioso da pobreza não se coaduna com o funcionamento da produção capitalista, porque não considera as interdependências entre os usos de meios de produção nos dois setores. No essencial, a crítica de Aníbal Pinto ao círculo vicioso da pobreza difere da de Celso Furtado – que aparece em *La formación de capital y el desarrollo económico* – em que esta última opta a perspectiva keynesiana à perspectiva de Schumpeter, representada por Nurkse. Há um problema de alteração da composição na formação de capital, que é manejado de diferentes modos por Furtado e por Pinto, dado que na perspectiva keynesiana não há espaço conceitual para trabalhar com as conseqüências das alterações na composição do capital. Mais ainda, na perspectiva keynesiana essas alterações não são obrigatórias, pelo que a ruptura do círculo vicioso da pobreza se torna incidental. O questionamento de Aníbal Pinto sobre a mecânica da ruptura do círculo vicioso da pobreza apóia-se numa abordagem que parte dos elementos da reprodução simples do capital.

³ Há uma produção paralela de artigos de Aníbal Pinto que apareceu em diversas revistas com pseudônimos utilizados para proteção, devido a restrições impostas por sua condição de funcionário internacional. O pseudônimo de Spartaco serviu aos seus propósitos polêmicos politicamente mais comprometidos.

das comissões continentais das Nações Unidas que desenvolveu um pensamento teórico próprio e que procurou criar uma base empírica sistemática para sustentar alternativas de política de desenvolvimento.

A CEPAL surpreendeu ao mundo das Nações Unidas, porque ultrapassou seu mandato. O que a CEPAL dos seus primeiros quinze anos teve de original foi concentrar o debate sobre as transformações sociais e econômicas definidas como desenvolvimento econômico e social e ter elevado esse debate a um plano mundial, formulando idéias próprias e trazendo pensadores independentes de outras partes do mundo. As contradições desencadeadas pela política mundial, que cercearam a possibilidade de continuar essa polêmica, e que se estenderam desde a pressão indireta da Aliança para o Progresso até o obstáculo direto do golpe militar que derrubou Salvador Allende, deixaram uma outra CEPAL, convencional, que tem tanto em comum com a anterior como o aldeamento de Tróia VIII com a Tróia VII de Homero.

O trabalho da CEPAL começou em 1948 e se cristalizou no Estudo Econômico da América Latina de 1949⁴, gerando a seguir um conjunto de estudos país por país, com o nome de Análises e Projeções do Desenvolvimento Econômico. Esses estudos, que foram realizados para diversos países, criaram uma nova inércia do conhecimento de hoje de realidades nacionais que surgiram dos tempos do sistema colonial. Desde fins da década de 50 houve modificações profundas no pensamento sobre as transformações da economia mundial, que podem ser atribuídas em parte a certo amadurecimento das teses formuladas dez anos antes e em parte ao reconhecimento ou ao desenvolvimento de uma visão crítica do processo. Isso em parte apareceu como um contraste entre a chamada teoria do crescimento econômico⁵ e a teoria do desenvolvimento econômico, sobre a qual em todo caso pairavam dúvidas ou conflitos, se se tratava de desenvolvimento do sistema produtivo capitalista – no sentido de Marx

e Schumpeter – ou se se tratava de uma teoria que explicasse como poderiam os países subdesenvolvidos se desenvolver. Realisticamente, se reconhecia que não necessariamente todos os países se desenvolveriam, mas não se entrava realmente no mérito de que no mundo capitalista as tendências da concentração de capital alargavam e aprofundavam as diferenças entre os países.

A visão crítica do desenvolvimento surge, ao mesmo tempo em que a própria concepção de desenvolvimento nas nações periféricas ao movimento internacional de acumulação de capital. Essa visão crítica é própria da Economia Política Crítica, geneticamente incompatível com a abordagem mecanicista da análise neoclássica que se tornou a linguagem técnica padronizada da economia do grande capital. Há diferentes níveis e escalas dessa crítica: é uma crítica acadêmica formal, ou passa a incluir o reconhecimento do mundo americano indígena, que é negado pelo projeto colonial, mas que ressurgem, repetidamente, definindo-se como uma fonte insubstituível de consciência social.

Tal sentido crítico aparece junto com a noção de processo de subdesenvolvimento apresentada por Celso Furtado⁶ – ainda em sua perspectiva keynesiana – assim como aparece através de uma crítica marxista do pensamento teórico, com que se identificavam Pedro Vuskovic, Julio Melnick e Aníbal Pinto no âmbito da CEPAL. Há uma diferença sutil porém profunda, entre a conceituação de subdesenvolvimento manejada por Prebisch e a que passou através das vulgarizações que se reproduzi-

ram, tal como reimpressões em edições de menor qualidade. Prebisch absorveu uma visão histórica – weberiana – da economia, que distinguiu os trabalhos de seu colaborador mais próximo, o filósofo e sociólogo José Medina Echevarria. Tinha-se como essencial que o desenvolvimento econômico e social – crescimento do produto, distribuição da renda e controle nacional do processo de transformação econômica – jamais foi garantido para todas as nações e que historicamente a maioria fracassa na tentativa de alcançar esses resultados. Daí, a centralidade do planejamento como meio de superar essa tendência negativa.

Ficou faltando ligar a historicidade do comércio desfavorável à historicidade da formação de capital. Essa lacuna que Celso Furtado tentaria suprir com seu trabalho de 1969 – *A economia latino-americana desde a conquista ibérica até a Revolução Cubana* – mas que continuou em aberto, pela falta de uma análise histórica do capital na periferia. Essa seria uma lacuna que Samir Amin tentaria fechar com seu *Acumulação à escala mundial* (1967), mas que ficou em aberto no relativo à compreensão da reprodução ampliada do capital em sua etapa de concentração. A teoria do desenvolvimento econômico não conseguiu criar uma teoria do capital para a periferia da economia mundial.

Com essa visão histórica, na origem não havia praticamente semelhança alguma entre aquela compreensão de que o subdesenvolvimento significava uma perda de capacidade de exercer políticas econômicas independentes e o entendimento

⁴ A primeira obra teórica de Raul Prebisch, em que foi apresentada por primeira vez a teoria da relação centro-periferia.

⁵ Houve um estreitamento dos objetivos da teoria do crescimento, desde a versão inicial de Roy Harrod (1939) até a leitura tardia de John Hicks (1965), em que as implicações em termos de teoria do capital foram retiradas. No entanto, a contribuição de Harrod à teoria monetária se faz à luz de uma visão formada no contexto da teoria do capital. Não se pode esquecer que naquele mesmo momento Joan Robinson publicava o que pretendeu ser sua obra principal, a *Acumulação de capital*. – logicamente numa perspectiva keynesiana.

⁶ Celso Furtado, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, Cultura, 1959. A crítica harrodiana da teoria neoclássica – no sentido de Marshall – do crescimento pressupunha a necessidade de penetrar no conceito de taxa de salário, para examinar a relação entre os requisitos de trabalho – em cada composição do capital – e as condições do sistema socioprodutivo para prover esse trabalho qualificado. O tema de Harrod não é a taxa *in abstracto* senão as condições sociais para que essa taxa se verifique e se mantenha. A questão da composição do capital reaparece em diversos textos de Harrod, e, especificamente, numa conferência sobre Marx.

vulgar de que o subdesenvolvimento seria apenas uma mecânica do atraso tecnológico e de multiplicador de emprego. O enriquecimento da conceituação de subdesenvolvimento surgiu como de algo inerente à dinâmica da economia mundial – tal como Prebisch já tinha indicado desde o Estudo de 49 – e não poderia ser definido como um problema apenas interno, que se pudesse reduzir aos argumentos conhecidos de falta de poupança, de falta no sistema educativo, ou simplesmente de sociedades infensas ao progresso (material).⁷ No ambiente da progressão da produção capitalista, o subdesenvolvimento seria o resultado negativo – perverso – da desigualdade conduzida.⁸ O mecanismo do comércio seria esse fio condutor. Havia, portanto, latente, a necessidade de uma teoria da periferia, que teria que contemplar os aspectos materiais e os ideológicos do processo e não poderia ser apenas uma teoria econômica. Esse foi um objetivo que Prebisch entreviu, em sua tentativa de fazer um grande trabalho coletivo em 1970, mas que foi interrompida.

Desde então, a principal diferença entre aquilo que defino como a análise maior do desenvolvimento e a análise menor, estaria entre trabalhar com o processo em sua totalidade ou buscar aspectos ou setores que se apontaria como responsáveis da perpetuação do subdesenvolvimento. Mais adiante, na década de 1970, essa diferença também estaria entre uma visão a longo e médio prazo do planejamento e o aparecimento de um planejamento a curto prazo, que não era muito mais que disciplina orçamentária. A proposta de técnica de planejamento apoiou-se em um quadro sintético que era uma combinação do modelo de Harrod com a análise de relações inter-industriais de Leontief. Mas essa técnica estava sustentada num intenso trabalho de análise e pesquisa teórica, que veio a constituir um corpo doutrinário bastante bem definido.

Um seminário realizado no Lago Como (Itália) em 1959 mostrava, além disso, a divisão maior entre as doutrinas contestatórias integradas

na teoria do desenvolvimento e uma resposta ortodoxa, representada por W.W.Rostow e Roberto Campos.⁹ Outros autores neoclássicos que escreviam sobre desenvolvimento, tais como Harvey Leibenstein, Everet Hagen, Henry Bruton, formavam o neoconservadorismo de então, estruturando um discurso que antecipava a chamada síntese neoclássica post-keynesiana, identificada com Paul Samuelson e John Hicks e logo adiante com Robert Solow¹⁰. A maré anti-keynesiana apontava justamente para os keynesianos ou pós keynesianos mais à esquerda, especialmente contra Roy Harrod, Joan Robinson, Nicholas Kaldor.¹¹ Os suecos, isto é, Gunnar Myrdal, Erik Lindahl,¹² que já representavam uma crítica mais progressista que Keynes,

ele próprio um conservador, passavam a constituir um referencial colateral. Os pensadores oriundos das nações classificadas como subdesenvolvidas, tais como Raul Prebisch e os cepalinos do grupo original¹³, apareciam perante a academia conservadora, majoritariamente norte-americana, como um incidente academicamente pouco consistente. O inverso seria ver a análise neoclássica como historicamente irrelevante.

Esse quadro de posições foi ulteriormente confirmado com o lançamento da Aliança para o Progresso – um projeto da administração Kennedy – que se tornaria a referência para uma visão tecnicista desses processos, onde se excluía o componente de conflito social.¹⁴ Em vez de políticas de transformação, ajuda a

⁷ A escassez de poupança na visão de Prebisch, é um saldo negativo de relações internacionais desfavoráveis que atinge a formação de capital e não é a simples falta de capacidade de poupar dos países periféricos. O Haiti e a Bolívia foram vítimas dessa expropriação da formação de capital em suas exportações, respectivamente, de café e de minerais, tanto como o Brasil, o Chile, a Argentina. A escassez de poupança é um resultado de relações coloniais, que se agrava quando uma maior proporção da formação de capital se passa a investimentos nos países mais ricos e que se aprofunda quando os novos investimentos são parte das cadeias integradas de capitais. É um tema em que se tem que voltar a pensar, quando se confronta hoje com um neoneocolonialismo perpetrado por países europeus que voltam a fazer grandes investimentos integrados em redes internacionais que extraem todo lucro dos países receptores de seus capitais. Os exemplos mais imediatos são Portugal, Espanha e França.

⁸ Desigualdade conduzida pelas forças que prevalecem na acumulação de capital. Interesses econômicos institucionalmente organizados, com capacidade efetiva de decidir sobre os usos de recursos.

⁹ As idéias de Roberto Campos já estavam bem definidas em artigo de 1960, *Inflação e crescimento equilibrado*. Aparecem de modo pleno e sintético na introdução que escreveu ao livro de Lorenzo-Fernandez.

¹⁰ Em seus diversos matizes, o conservadorismo na análise do desenvolvimento caracterizou-se por procurar sempre um fator decisivo ao qual atribuir o desastre do atraso e a possibilidade do progresso. Foi o contrário da visão de totalidade do processo. Diferentes autores focalizaram em educação, ou em tecnologia, ou em industrialização, sempre como objetivos que se deve buscar através da liberação dos mercados, que na prática significava abaixar barreiras à expansão dos capitais norte-americanos. Somente da década de 70 em diante a liberação de mercados passou a beneficiar capitais europeus, que, para surpresa de alguns, revelam-se mais colonialistas que os norte-americanos.

¹¹ As idéias de Michal Kalecki tiveram certa ressonância a partir de sua divulgação por Joan Robinson, porém aparentemente jamais foram levadas em conta pelos norte-americanos, mesmo por aqueles mais progressistas. Kalecki foi ignorado pela CEPAL e na América Latina passou a ser lido seriamente pelos brasileiros. Dentre os cepalinos, apenas Carlos Oyarzun e Aníbal Pinto trabalharam com as idéias de Kalecki, por isso tomando o financiamento do desenvolvimento como uma disciplina essencial no estudo do desenvolvimento econômico.

¹² Tanto Myrdal quanto Lindahl se destacaram inicialmente com trabalhos de economia monetária, respectivamente, *O equilíbrio monetário* (1932) e *Estudos sobre a teoria do dinheiral e da moeda* (1947), mas se afirmaram como cientistas sociais, com um espectro muito mais amplo de interesses.

¹³ Refere-se a José Mendive, Jorge Ahumada, Jesus González, Carlos Oyarzún, Manuel Balboa, Julian Calvo, José Antonio Mayobre e vários outros.

¹⁴ Hoje é preciso reconhecer que a Aliança para o Progresso constituiu uma opção ideológica de política de desenvolvimento, que carregou toda uma elite de pensadores liberais – no sentido norte-americano dessa expressão – que se afirmavam como o lado democrático da Guerra Fria, comparados com fenômenos tais como o macartismo e a direita republicana norte-americana em geral. Observe-se que há uma linha de continuidade entre a luta contra o racismo nos EEUU e a perspectiva étnica nas políticas de desenvolvimento nos países latino-americanos. Na América Central e nos países andinos continuava uma política escravista em relação com os indígenas. A Argentina continuava declarando-se como país mais europeu da América e o Chile continuava negando cidadania aos seus indígenas. O racismo das elites latino-americanas transformou-se em instrumento de apoio a essa linguagem modernizada da influência norte-americana.

políticas setoriais e a gastos assistenciais. O papel desde então atribuído às despesas assistenciais, rotuladas de setores sociais, que significava tratar educação como uma benesse do Estado aos mais pobres, constitui o cerne de uma abordagem da política de desenvolvimento, que ficava reduzida a uma política pública setorialmente delimitada. O mais importante é que o papel do Estado nacional ficava externamente determinado. Logicamente, essa abordagem de despesas compensatórias seria questionada no próprio campo neoclássico, pela subcorrente representada por Milton Friedmann e Harberger, em que esse último passaria a assessorar a ditadura chilena na década de 1970.

Assim, a chamada “teoria da dependência” – que, praticamente, foi uma visão sociológica e weberiana do subdesenvolvimento – captava um aspecto do problema maior de desigualdades nas relações entre ricos e entre pobres, mas esquivava o debate sobre a acumulação de capital. Por isso, em paralelo ao discurso demonstrativo da marginalidade – e nem sempre da marginalização – ficava por explicar os mecanismos econômicos que levavam a essa marginalização. A resposta que alguns de nós encontrávamos era o debate sobre a distribuição da renda¹⁵, que suscitava resistências de todos que entendiam que a teoria do desenvolvimento deveria ser uma teoria da produção e o foco na distribuição seria um desvio ricardiano, a todas luzes, inoportuno. Prevalcia o ponto de vista de que a análise da distribuição seria, inevitavelmente, estática, e voltaria as costas para a análise a longo prazo da relação entre o crescimento do produto e o do capital. Entretanto, Aníbal Pinto entrou de cabeça nessa outra linha, da relação entre as alterações da distribuição e o desenvolvimento dos países, publicando um livro intitulado *Distribuição de renda na América Latina e desenvolvimento* (1967), em que trabalhava a distribuição como a cara visível, negativa, da concentração do capital.

À parte de expressões que se tornaram emblemáticas, tais como marginalidade e dependência, paten-

teu-se uma fragilização do discurso teórico do desenvolvimento, que deveria dar conta de um constante acréscimo do conhecimento factual da realidade latino-americana e que refletia o esgotamento das análises oriundas da macroeconomia keynesiana, que ficava no registro de evidências, mas não se aventurava nas causas do atraso. Nesse contexto, destacou-se, positivamente, o trabalho de Sunkel, Paz e Rodriguez¹⁶, que procurou encontrar as especificidades do subdesenvolvimento nesta parte do mundo. No entanto, ainda padecia de um conhecimento histórico estruturado suficiente para compreender o problema do colonialismo. Dentre os cepalinos, somente Celso Furtado empreenderia uma tentativa de síntese dessa trajetória.¹⁷ Aníbal Pinto teve uma participação significativa nesse debate, mas infelizmente não deixou texto que refere seus pontos de vista.

O contraste desses trabalhos com aqueles outros de desenho marxista, tais como os de Gunder Frank, Ruy Marini e Theotonio dos Santos mostravam a impossibilidade de definir o enquadramento doutrinário dos trabalhos apenas pelo uso de termos de aceitação geral, tais como subdesenvolvimento, dependência, dominação etc. A visão marxista rompia com as barreiras entre as análises macroeconômica e microeconômica, assim como revelava a centralidade do movimento de acumulação de capital. O problema substantivo de combinar a escolha de te-

“ O problema substantivo de combinar a escolha de temas com a abordagem de método significava uma opção ideológica não compatível com o projeto de resolver os problemas da sustentação das classes médias... ”

mas com a abordagem de método significava uma opção ideológica que não era compatível com o projeto de resolver os problemas da sustentação das classes médias no processo de desenvolvimento. O suposto economicismo da época não era mais que uma estratégia evasiva dos conflitos de classe que, inevitavelmente, surgiam quando se buscavam as fontes da reprodução da desigualdade e do atraso. Significava que os economistas não se ocupavam dos conflitos sociais subjacentes à formação de capital, onde tudo se resumia em desigualdade de renda. O estudo de Kuznets sobre as variações na relação capital/produto nos EEUU durante 80 anos, era um modo de mostrar o capital formado e de evitar o debate sobre a mecânica da acumulação.¹⁸

¹⁵ Elaborei minha tese para concurso de docente livre sobre *A distribuição da renda e o desenvolvimento econômico* (1960) por instigação de Jorge Ahumada, assim como escrevi um artigo sobre *As desigualdades regionais e o desenvolvimento econômico* (1964) por instigação de Aníbal Pinto.

¹⁶ Oswaldo Sunkel, Pedro Paz e Octavio Rodriguez, *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*, (1981). Esse livro foi o texto básico de vários cursos de desenvolvimento econômico conduzidos por Sunkel na década de 60, quando funcionou como uma resposta econômica da teoria sociológica da dependência. Já havia uma tensão básica entre a fundamentação histórica das teorias sobre a América Latina e as tentativas de generalização.

¹⁷ Alusão a *A economia latino-americana desde a Conquista até a Revolução Cubana* (1969). Nessa obra Celso Furtado fez uma tentativa de explicar os processos latino-americanos em função dos dados iniciais da colonização, que hoje se vê como um modelo caótico, isto é, um modelo que não incorpora as alterações de tendências introduzidas durante o percurso considerado do processo. Concretamente, como se o fato da independência política não resultasse em alterações das combinações de poder que pudessem alterar as tendências de cada nação em seu conjunto. A principal fragilidade desse modelo – reconhecida pelo próprio Furtado em fala durante o seminário em sua homenagem em 92 – consiste em excluir – tacitamente – o imperialismo.

¹⁸ Simon Kuznets, *Long-term changes in the National Income of the United States of America since 1870, Income and Wealth, series II, Income & Wealth of the United States, trends and structure*, Cambridge, Bowes & Bowes, 1952. Posteriormente, se reconheceu que a pesquisa de Kuznets na realidade significava uma prova das idéias de Marx sobre as alterações na composição orgânica do capital.

O desgaste da teoria da relação centro-periferia – em sua versão original – deu lugar a outras incursões teóricas, sempre no marco de uma busca de soluções alternativas à da imposição da supremacia norte-americana. Nesse sentido, entendo que podem ser decodificadas as contribuições ao debate sobre a heterogeneidade do capital, em que se destaca um artigo de Aníbal Pinto¹⁹, inaugurando uma linha de debate que se aproximava mais de visão de Marx que do neo-ricardianismo de Piero Sraffa.²⁰ A questão central de uma leitura séria de Marx pesou sobre a teoria do desenvolvimento na América Latina, onde poucos, como Maria da Conceição Tavares e Pedro Vuskovic conheciam consistentemente a obra de Marx. Reconhecia-se, portanto, que o problema central de uma teoria econômica do capitalismo – uma teoria do capital – ficara fora da teoria do desenvolvimento econômico. Esse, a meu ver, é o fundamento de uma crítica interna da teoria do desenvolvimento, que perdeu de vista a questão essencial da Economia Política.

A noção de estilos de desenvolvimento foi introduzida no ambiente da CEPAL pelo físico argentino Oscar Varsawski, que veio municiar outra subcorrente da análise do desenvolvimento – uma corrente quantitativista – que encantou figuras da esquerda e da direita, em busca de uma legitimação não ideológica.²¹ A noção de estilos de desenvolvimento seria uma ferramenta para penetrar na variedade de situações do período colonial, bem como para registrar a variedade de situações da segunda revolução industrial. Mas padecia da falta de um fundamento consistente no campo social, por isso, terminando por protagonizar mais um engendro de linguagem da Física no campo social. Parecia uma simplificação e um desvio de uma análise genuinamente histórica, já que não registrava o fundamento social da formação do capital e se dispunha a identificar o sistema histórico do colonialismo como uma forma colonial.

A seguir surgiu uma bifurcação no próprio campo da análise de es-

tilos de desenvolvimento, em que um grupo tentava substituir a análise econômica por uma outra, de inspiração da engenharia; enquanto outra acreditava encontrar uma análoga da categoria formação social. Aníbal Pinto, Oswaldo Sunkel, Norberto González e alguns outros responderam a essa subcorrente, que procurava restabelecer categorias nacionais para o tratamento do movimento internacional do capital. Foi uma tentativa que topou com contradições profundas, mas que deixou alguns resultados positivos, na individualização dos problemas nacionais de desenvolvimento. A contribuição de Aníbal Pinto nessa área foi modesta, mas deixou marca, justamente por indicar as contradições entre uma análise internacional do capital e uma análise nacional das formações sociais. Tentativas de interpretação da economia chilena, empreendidas por Jorge Ahumada e pelo próprio Aníbal Pinto, de diferentes modos, tinham mostrado a impossibilidade de alcançar uma explicação nacional satisfatória sem integrá-la internacionalmente. Afinal, o modelo primário exportador mineiro chileno decorria do modo de uso de minerais na segunda revolu-

ção industrial nos Estados Unidos.

O envolvimento de Aníbal Pinto com os problemas do desenvolvimento no Brasil data de sua presença como chefe do Escritório da CEPAL no Brasil e correspondem à primeira metade da década de 1960. Naquele período, em boa parte por sua atividade docente, entrou em contato com grupos de diversas partes do país, vindo a ponderar que a análise regional neste país teria um peso e um significado diferentes de outras partes do continente. A crítica histórica do círculo vicioso da pobreza teve um significado muito especial, naquele momento em que foi formulada e hoje, quando parece remota, porque evoca a temática do controle da formação de capital no esforço dos países para superarem suas condições desfavoráveis. Por isso mesmo, contém os elementos básicos de uma crítica das políticas econômicas que descuidem ou ignorem o aspecto de vulnerabilidade das economias nacionais aos movimentos de capitais especulativos.

Naquele período em que a análise econômica no Brasil estava dominada por uma quase exclusividade da visão dos grandes centros do Sudeste, percebeu que havia algo de

¹⁹ Aníbal Pinto Santa Cruz, *La heterogeneidad del capital*, *Trimestre Económico*, abril, 1964. Como se sabe, o debate entre a visão de heterogeneidade do capital e a de capital como entidade financeira – Cambridge (UK) vs. Cambridge (Massachusetts) aconteceu durante a década de 60 e foi registrada pela coletânea de Harcourt & Laing, *Capital and growth* (1967). Entretanto é um pseudo debate, já que evade a questão substancial da composição orgânica do capital. Observe-se que Joan Robinson (1973) – *Economics versus Political Economy* – que a composição do capital é um tema ambíguo em Marx, entretanto que se torna essencial para a teoria do capital, quando se enfrentam os problemas mais complexos de renovação tecnológica. Tal como se pode ver no referido livro de Harcourt & Laing, o debate acerca da heterogeneidade – de que é parte o artigo de Aníbal Pinto – é uma reação à autosuficiência da visão do capital financeiro.

²⁰ Referência a *Production of commodities by means of commodities*, (1961). O livro de Sraffa foi festejado de modo quase universal, talvez em parte por sua parcimônia – levou 42 anos para produzir um livro de 139 páginas – e talvez porque resolvesse um problema latente em todos os economistas, de desejar que houvesse uma saída pós marxista para a teoria de Ricardo. No entanto, esse livro traz uma formalização da análise da produção capitalista industrial, que não contempla as transformações inerentes à superação da segunda revolução industrial. Os principais desdobramentos da análise sraffiana – Pasinetti e Garegnani – continuam no mesmo rumo de tentar criar uma explicação pós ricardiano não inglesa no coração da justificativa inglesa do controle da acumulação industrial. Indiretamente, estão levando água ao pote, isto é, estão construindo uma mecânica da economia plenamente industrial – mercadorias por meio de mercadorias – que não contempla quaisquer outras dimensões da desigualdade que não sejam essas da própria mecânica interna do processo. A internacionalização do capital aparece apenas como um desdobramento ulterior e não como centro do capital mundializado.

²¹ Não se pode esquecer que uma grande parte da presença das Nações Unidas no pós guerra deveu-se ao esforço de difundir técnicas estatísticas e de análise macroeconômica em países cujas estatísticas eram precárias, para criar condições de comparabilidade na esfera internacional. O referido quantitativismo seria uma atitude de tendente a pretender desenvolver e aplicar modelos econométricos, que geralmente estavam muito além da confiabilidade das estatísticas desses países. Houve uma substituição da análise econômica possível pela tentativa de impor técnicas quantitativas sem dispor de números confiáveis para esse uso.

irredutível na presença do Nordeste. Esse talvez tenha sido seu momento de maior intimidade com a complexidade deste país e o ensejo para uma visão não centralista dos problemas do desenvolvimento.

Referências

BARAN, Paul, *Political Economy of Growth*, N.York, John Wiley, 1956

CAMPOS, Roberto de Oliveira, *Inflación y crecimiento equilibrado*, México El Trimestre Económico, Janeiro, 1960

CAMPOS, Roberto de Oliveira, *Introdução*, em *A Evolução da Economia Brasileira*, O.Lorenzo-Fernandez, Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

CEPAL, *Estúdio econômico de América Latina 1965*, Santiago, 1965.

FURTADO, Celso, *La formación de capital y el desarrollo económico*, México, El Trimestre Económico.

FURTADO, Celso, *Prefacio a uma nova Economia Política*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

FURTADO, Celso, *Teoria y política del desarrollo económico*, México, Siglo XXI, 1974.

FURTADO, Celso, *La economía latino-americana*, Santiago, Ed. Universitaria, 1969.

HARROD, Roy, *Pure theory of growth economics*, Viena, Zeitschrift Nationalökonomie, 1974

HARROD, Roy, *Towards a dynamic economics*, Londres, Macmillan, 1965.

HARROD, Roy, *Dynamic theory and planning*, Kiklos, vol.15, 1963.

HARROD, Roy, *Economic essays*, Londres, Macmillan, 1972.

HICKS, John, *Capital and growth*, N. York, Oxford University Press, 1965.

INSTITUTO LATINOAMERICANO DE PLANIFICACIÓN ECONOMICA Y SOCIAL, *Discusiones sobre planificación*, Santiago, 1965.

KALDOR, Nicholas, *Ensayos sobre desarrollo económico*, México, CEMLA, 1963.

KALECKI, Michal, *El problema del financiamiento del desarrollo económico*, México, El Trimestre Economico, outubro, 1954.

KUZNETS, Simon, *Long-term changes in the National Income of the United States of America since 1870*, Income and Wealth Series II, Income & Wealth, Trends and Structure, Cambridge, Bowes & Bowes, 1952.

LEONTIEF, Wassily, *Essays in economics*, N.York, Oxford University Press, 1966.

MYINT, Hla, *The "classical theory" of international trade and the underdeveloped countries*, Londres, The Economic Journal, n.270, pp.317-337, jun., 1958.

MYRDAL, Gunnar, *L'équilibre monétaire*, Paris, Médicis, 1934

MYRDAL, Gunnar, *Aspectos políticos da teoria econômica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1962

NURKSE, Ragnar, *Equilibrio y crecimiento en la economía mundial*, Madrid, Rialp, 1964.

PINTO, Aníbal, *Distribuição de renda na América Latina e desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

PINTO, Aníbal, *La heterogeneidad del capital*, México, El Trimestre Económico, abril, 1964.

PINTO, Aníbal, *Estilos de desarrollo: conceptos, opciones, viabilidad*, México, El Trimestre Económico, julho, 1978.

PREBISCH, Raul, *La obra de Prebisch en la CEPAL*, (org.) Adolfo Gurrieri, México, Fondo de Cultura Económica, 2 vols. 1982.

ROBINSON, Joan, *Accumulation and the production function*, Collected Economic Papers, vol. II, Oxford, Basil Blackwell, 1964.

ROBINSON, Joan, *Prelude to a Critique of Economic Theory*, Collected Economic Papers, vol. III, Oxford, Basil Blackwell, 1965.

ROBINSON, Joan, *La acumulación de capital*, México, Fondo de Cultura Económica, 1960.

ROSTOW, W.W., *The stages of economic growth*, Cambridge, Cambridge University Press, 1961.

SRAFFA, Piero, *Production of commodities by means of commodities*, Cambridge, Cambridge Press, 1961.

TAVARES, Maria da Conceição, *O movimento geral do capital (um contraponto à visão de auto-regulação da produção capitalista)*, em Valor, força de trabalho e acumulação capitalista, São Paulo, Estudos CEBRAP, s.d.



O CURSO DE ECONOMIA DA UNIFACS OFERECE UM DOS CURRÍCULOS MAIS MODERNOS DO PAÍS!

Cursando Economia na UNIFACS você estará se preparando para montar o seu negócio, dirigir empresas e exercer, ainda, outras funções tradicionais dos economistas.

Confira com a coordenação do curso:

Tels: 3273-8557 / 3273-8603

economia@unifacs.br